

Resumo do trabalho “Política Externa e política interna no Brasil de 1946: uma análise das repercussões internacionais do acordo interpartidário PSD-UDN”.

Este trabalho se dedica a analisar as repercussões da política interna na política externa – suas intercessões e maneiras de se influenciarem – a partir de um recorte cronológico específico: o do governo Dutra (1946 – 1950). Contemplo especialmente os trâmites referentes ao acordo interpartidário entre o PSD e a UDN – o qual consiste no primeiro gênero de coligação num Brasil democrático – e de que forma este entendimento pode ter resultado na substituição do pessedista João Neves da Fontoura pelo udenista Raul Fernandes no posto de Ministro das Relações Exteriores. Assim, aqui busca-se examinar como se dão as repercussões da política interna na externa através de um período singular por ser um período de possibilidades: o pós-guerra, a tentativa da União Latina, o início da Guerra Fria. Fica, portanto, a pergunta: nesse contexto, como agiram, como pensaram e como influenciaram os partidos políticos brasileiros no alinhamento internacional do país e na administração do Itamaraty?

A dissertação - que se originou a partir dos trabalhos desenvolvidos durante a minha bolsa de Iniciação Científica PIBIC (a qual contou com a participação de Alexandre Moreli como professor-orientador) - foca-se nos procedimentos internos ligados ao surgimento da chamada União Latina, uma tentativa de criação de uma terceira via no cenário internacional, concorrente às lideradas respectivamente pelos EUA e pela URSS, organização que teve no Ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura um de seus principais ideólogos. Fontoura assume o comando do Itamaraty no governo de Eurico Gaspar Dutra – ambos integravam o Partido Social Democrático (PSD) -, mas fica menos de um ano no cargo, sendo substituído em fins de 1946 por Raul Fernandes, filiado à União Democrática Nacional (UDN). A importância da realização de tal estudo reside na documentação, análise e reflexão acerca dessa prática política – a coligação partidária -, que ainda hoje consiste numa das experiências fundamentais para se entender a constituição da nossa democracia. Com o intuito de esclarecer os pormenores e as questões não-respondidas do porquê dessa troca, optei por executar uma investigação do acordo interpartidário estabelecido pelo PSD junto à UDN, o primeiro pacto do gênero

firmado neste país entre partidos políticos num período democrático. Em suma – e vulgarizando -, a principal questão de pesquisa seria responder ao seguinte problema: qual seria, para udenistas e pessedistas, o principal pecado de João Neves da Fontoura? Sua proximidade com Getúlio ou seus esforços na elaboração de uma terceira via a nível internacional, concentrados na construção da União Latina?

O acordo selado no governo Dutra nos permite pensar o país em duas chaves: a primeira, voltada para o interior, abarcando noções como governabilidade e sobre como se constrói um entendimento entre elites – e as discrepâncias verificadas nos níveis estadual e nacional e em como a pertinência dum acordo é mutável conforme o passar dos anos - com o intuito de administrar a República; e a segunda, voltada para o exterior, refletindo sobre o quanto nossa política externa é pensada enquanto política pública – ou mesmo se tal discussão sequer se trava – enquadrando tais questões em um recorte cronológico pouco estudado, mas fértil em possibilidades, tratando-se de período em que a Guerra Fria ainda não havia se estabelecido tal como a conhecemos e que, portanto, poder-se-ia conjecturar uma terceira via alternativa aos dois alinhamentos dominantes. Internacionalmente, este é um período de disputas e uma das razões desta pesquisa é identificar se nacionalmente também o é a nível de política externa – não apenas na repercussão que o embate ideológico que viria a caracterizar a Guerra Fria teve no país, mas no quanto ele pode ter minado o projeto da União Latina e a oportunidade de uma política externa independente - além de nos fornecer material para refletir as implicações que podem ser geradas no funcionamento do Itamaraty a partir da influência paradigmática do presidencialismo de coalizão, e das práticas associadas a ele, na experiência democrática brasileira.

Por intermédio da reunião do conhecimento acumulado pela obra de distintos autores, pretendo construir uma argumentação nascida da reflexão suscitada pela acareação das fontes primárias - os arquivos - e secundárias – a revisão bibliográfica - que pude acessar e, dessa maneira, preencher uma lacuna na bibliografia, a saber, respondendo à pergunta que a historiografia não respondia: por qual motivo trocou-se o Ministro das Relações Exteriores em fins de 1946? Para a realização do trabalho, uma ampla pesquisa arquivológica mostrou-se imprescindível. No decurso da pesquisa, visitei três instituições diferentes com o intuito de consultar os documentos lá depositados: o Arquivo Histórico do Itamaraty, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Centro de Pesquisa e

Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Os dois primeiros consistem em arquivos institucionais – o do Itamaraty referente à mesma instituição que os guarda, isto é, o Ministério das Relações Exteriores e o do IHGB relativo à União Democrática Nacional (UDN).

À guisa de conclusão, esforço-me para tentar responder, nesse resumo, sucintamente à questão central levantada por essa pesquisa: a articulação da União Latina e o engajamento de Fontoura no projeto não parece ser um fator que gerasse grande polêmica ou exaltação reprovadora – a causa da UL, por sinal, não me parece ter sido uma mobilizadora de paixões e nem aparenta ter a devida visibilidade na esfera das disputas entre os políticos brasileiros do período, seja no interior dos partidos ou seja no campo da política realizada no espaço público nacional. Carlos Milani e Leticia Pinheiro escrevem que a chefia do Itamaraty “poucas vezes foi objeto de disputa política”. No caso analisado, defendo que se, por um lado, ela não foi exatamente disputada como ofício (dada as pouquíssimas referências à forma como a política externa estava sendo conduzida anteriormente ou alguma repreensão que convocasse uma viragem substancial em sua orientação), certamente ela foi objeto integrante das negociações sucedidas entre lideranças internas e a alternância efetuada na sua direção refletiu o resultado alcançado na formação de uma nova coalizão partidária que daria seu sustento ao novo governo

E aí vamos para o segundo ponto: a proximidade de João Neves com Vargas era notória desde os tempos em que ambos atuavam coordenadamente no Rio Grande do Sul – amizade e aliança que culminou na chamada Revolução de 1930. Afonso Arinos, um udenista, faz a seguinte observação nas suas memórias: “Suas relações com Vargas pontilharam-se de incoerências. Serviu-o para depois ataca-lo, e ainda voltar a servi-lo”. Ambíguos ou não seus laços com Vargas eram, de todo modo, evidentes. E, se havia um “grande inimigo” para os udenistas, este era Getulio Vargas. Apesar de ser difícil assegurar, dada a falta da comprovação documental necessária, a escolha do Itamaraty para o loteamento ministerial de 1946 poderia ser explicada pela dupla conveniência: alocar um udenista no ministério e dele retirar um possível aliado varguista.

Aluno: Lucas Saturnino Maia Alves da Silva

Professor Orientador: Alexandre Luis Moreli Rocha